



ATA DA XLI REUNIÃO ORDINÁRIA
DO CONSELHO NACIONAL DO MEIO
AMBIENTE - CONAMA. dia 09/10/95

1 Aos nove dias do mês de outubro do ano de hum mil
2 novecentos e noventa e cinco, às 9h30min., no auditório nº 01 do
3 Edifício Sede do IBAMA, em Brasília-DF, foi realizada a XLI
4 Reunião Ordinária do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA.
5 Estiveram presentes os seguintes Conselheiros: Doutor GUSTAVO
6 KRAUSE GONÇALVES SOBRINHO, Ministro de Estado do Meio Ambiente,
7 dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal e Presidente do CONAMA;
8 Doutor JADSON DE ARAÚJO PIRES, Conselheiro Suplente Representante
9 da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental -
10 ABES; Doutor JAIRO CORTÊZ COSTA, Conselheiro Titular Representante
11 da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza - FBCN;
12 Doutora MAUDE NANCY JOSLIN MOTTA, Conselheira Titular
13 Representante das Entidades Ambientalistas Cíveis da Região Sul;
14 Doutor FRANCISCO RODRIGUES SOARES, Conselheiro Titular
15 Representante das Entidades Ambientalistas Cíveis da Região
16 Nordeste; Doutora FERNANDA COLAGROSSI e Doutor JOSÉ PEDRO DE
17 OLIVEIRA COSTA, Conselheiros Titular e Suplente, respectivamente,
18 Representantes das Entidades Ambientalistas Cíveis da Região
19 Sudeste; Doutor JOSÉ HEDER BENATTI, Conselheiro Titular
20 Representante das Entidades Ambientalistas Cíveis da Região Norte;
21 Doutor CÉSAR VÍTOR DO ESPÍRITO SANTO, Conselheiro Titular
22 Representante das Entidades Ambientalistas Cíveis da Região Centro-
23 Oeste; Doutor WERNER EUGÊNIO ZULAUF, Conselheiro Titular
24 Representante da Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente
25 - ANAMMA; Doutor LEOPOLDO GARCIA BRANDÃO, Conselheiro Suplente
26 Representante da Confederação Nacional do Comércio - CNC; Doutor

27 JOSÉ VIEIRA DO NASCIMENTO, Conselheiro Suplente Representante da
28 Confederação Nacional da Indústria - CNI; Doutor JOSÉ CALIXTO
29 RAMOS, Conselheiro Titular Representante da Confederação Nacional
30 dos Trabalhadores na Indústria - CNTI; Doutora MARIA JOSÉ MAIA DE
31 FARIA, Conselheira Titular Representante do Governo do Estado do
32 Acre; Doutor MARCOS FERNANDO CARNEIRO CARNAÚBA, Conselheiro
33 Titular Representante do Governo do Estado de Alagoas; Doutor BEN
34 HUR LUTTENBARCK BATALHA e Doutor JÚLIO DE OLIVEIRA BAMONDE,
35 Conselheiros Titular e Suplente, respectivamente, Representantes
36 do Governo do Estado do Amazonas; Doutor ADOLFO DE MARINHO PONTES
37 e Doutor ANTONIO RENATO LIMA ARAGÃO, Conselheiros Titular e
38 Suplente, respectivamente, Representantes do Governo do Estado do
39 Ceará; Doutor CLARISMINO LUIZ PEREIRA JÚNIOR, Conselheiro Suplente
40 Representante do Governo do Estado de Goiás; Doutor LINO ANTONIO
41 RAPOSO MOREIRA, Conselheiro Titular Representante do Governo do
42 Estado do Maranhão; Doutor FREDERICO GUILHERME DE MOURA MÜLLER,
43 Conselheiro Titular Representante do Governo do Estado do Mato
44 Grosso; Doutor LUIZ CARLOS DA COSTA MENEZES, Conselheiro Suplente
45 Representante do Governo do Estado do Pernambuco; Doutor ANTONIO
46 DE PÁDUA ALVES PINTO, Conselheiro Titular Representante do Governo
47 do Estado do Piauí; Economista SÉRGIO MARGULIS, Conselheiro
48 Suplente Representante do Governo do Estado do Rio de Janeiro;
49 Doutora VERENA EMA NYGAARD, Conselheira Titular Representante do
50 Governo do Estado do Rio Grande do Sul; Doutor ADEMAR FREDERICO
51 DUWE, Conselheiro Titular Representante do Governo do Estado de
52 Santa Catarina; Deputado FÁBIO FELDMANN, Conselheiro Titular
53 Representante do Governo do Estado de São Paulo; Doutor JOSÉ
54 ARAÚJO FILHO, Conselheiro Titular Representante do Governo do

55 Estado de Sergipe; Arquiteta JANE HUPE, Conselheira Suplente
56 Representante do Ministério da Aeronáutica; Doutor RICARDO VILLELA
57 DE SOUZA, Conselheiro Suplente Representante do Ministério da
58 Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária; Doutor CARLOS
59 FERNANDO DE MOURA DELPHIM, Conselheiro Titular Representante do
60 Ministério da Cultura; Doutor CARLOS ALBERTO RIBEIRO XAVIER,
61 Conselheiro Titular Representante do Ministério da Educação e
62 Desporto; Coronel de Artilharia LESLIE ANTONIO ALCOFORADO e
63 Tenente-Coronel ELIESER GIRÃO MONTEIRO FILHO, Conselheiros Titular
64 e Suplente, respectivamente, Representantes do Ministério do
65 Exército; Doutor HÉLIO CARLOS GEHRKE, Conselheiro Titular
66 Representante do Ministério da Fazenda; Doutor GETÚLIO VALVERDE DE
67 LACERDA e Doutor EVANDRO SOARES, Conselheiros Titular e Suplente,
68 respectivamente, Representantes do Ministério da Indústria, do
69 Comércio e do Turismo; Doutor BENJAMIM BENZAQUÉN SICSÚ,
70 Conselheiro Titular Representante do Ministério da Justiça; Doutor
71 ÊNIO CORDEIRO, Conselheiro Suplente Representante do Ministério
72 das Relações Exteriores; Doutor MARCELO AFFONSO MONTEIRO,
73 Conselheiro Titular Representante do Ministério do Trabalho;
74 Doutora IEDA MARIA NEIVA RIZZO e Doutor SYLVIO ROBERTO P. BARBOSA,
75 Conselheiros Titular e Suplente, respectivamente, Representantes
76 do Ministério dos Transportes; Doutor EDISON SILVEIRA COLLARES,
77 Conselheiro Titular Representante da Casa Civil da Presidência da
78 República; Doutor SÍLVIO CORDEIRO, Conselheiro Suplente
79 Representante da Casa Militar da Presidência da República; Doutora
80 THEREZA CHRISTINA COUTO CARVALHO, Conselheira Suplente
81 Representante da Secretaria de Assuntos Estratégicos da
82 Presidência da República; Doutora JANE CAROL SALLES BRAUNER,

83 Conselheira Suplente Representante da Secretaria de Comunicação
84 Social da Presidência da República; Doutor TOVAR DA SILVA NUNES,
85 Conselheiro Suplente Representante da Secretaria-Geral da
86 Presidência da República; Cartógrafo Sênior NILTON DE MENEZES,
87 Conselheiro Suplente Representante do Estado-Maior das Forças
88 Armadas; Doutor JOÃO BATISTA DRUMMOND CÂMARA, Conselheiro Suplente
89 Representante do IBAMA. Também compareceram à Sessão: Dr. Eduardo
90 Martins, do MMA; Dr. Eliseu Zanello Júnior, da Marcopolo/Fabus;
91 Dr. Luís Antônio Winckler Annes, da SAE/PR; Dr. Merivaldo Ferreira
92 Lima; da SDI/MPO; Dr^a Lúcia Cristina Lopes Machado, do DAC/MAer;
93 Dr. Roberto Ferreira, da Fabus; Dr. Vítor Carlos Kaniak, do MMA;
94 Dr^a Leda Famer, da ASPLAN/SEMATEC; Dr^a Dionéia Mancuso, da ANAMMA;
95 Deputado Federal José Pimentel; Senadora Marina Silva; Dr. Nilo
96 Sérgio M. Diniz, Assessor Parlamentar; Dr. Enrique Svirsky, da
97 SMA/SP. Após verificação de "quorum" regimental, o Exm^o Senhor
98 Ministro Gustavo Krause Gonçalves Sobrinho, Presidente do CONAMA,
99 cumprimentou a todos e declarou aberta a XLI Reunião Ordinária do
100 CONAMA. Iniciou dando boas vindas a todos os presentes, saudando
101 em especial os novos conselheiros que tomaram posse nesta Reunião:
102 ... Cumprimentou-os e declarou empossados. Em seguida, o Dr.
103 Gustavo Krause passou a Presidência da Mesa para o Dr. EDUARDO
104 MARTINS, Secretário de Desenvolvimento Integrado do Ministério do
105 Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, que
106 passou a atuar como Presidente "AD HOC" da Mesa Diretora da XLI
107 Reunião Ordinária do CONAMA, que submeteu, então, à discussão, a
108 Ata da 40^a Reunião Ordinária e 17^a Reunião Extraordinária. A Dr^a
109 Fernanda Colagrossi pediu a palavra para solicitar algumas
110 correções na Ata da 40^a Reunião Ordinária, nos seguintes termos:

111 1) Fica muito complicado analisar em outubro uma ata de
112 dezembro do ano passado, ou seja, de 10 (dez) meses atrás; 2)
113 que foram solicitadas modificações na ata da 39ª Reunião
114 Ordinária do CONAMA, as quais não foram feitas, razão pela
115 qual reitera tais modificações; que, inclusive, foram
116 entregues, na ocasião, à Secretaria desse Conselho; 3)
117 solicitou a correção do erro de datilografia às páginas 15,
118 da expressão "absolvido" para "absorvido" esta, com o sentido
119 de absorção; 4) solicitou também modificação na última ata,
120 ou seja, a de junho (17ª Extraordinária), às páginas 057, 11,
121 linhas 307, 308 e 309, começando ao final da linha 306; 5)
122 disse que, com excessão, do Conselheiro Feldmann, e à própria
123 requerente, todos os outros pronunciamentos foram resumidos,
124 mas, que mesmo assim, pode se chegar a um retrato do que foi
125 dito pelo Conselheiro, isto é, como se posicionou sobre esse
126 ou aquele assunto. Que a representante da região Sudeste
127 encaminha religiosamente a 203 ONG's cópias das atas e
128 pautas; 6) que não ficou devidamente claro e explicitada a
129 manifestação dos senhores Conselheiros quando se posicionaram
130 acerca do Decreto 1.523/94 e a respeito da criação do
131 Conselho Nacional dos Recursos Naturais Renováveis - CONAREN,
132 e também sobre a mata atlântica; que o decreto em referência
133 por um equívoco inviabiliza as atribuições do CONAMA; que na
134 ata não diz se a conselheira ficou a favor ou contra, sobre
135 os temas em menção; 7) que solicitou à Secretaria que fizesse
136 um resumo do assunto tratado na ocasião, não tendo sido

137 atendida. O Presidente da mesa, Dr. Eduardo Martins, informou que
138 acata as sugestões da Conselheira, e que as correções solicitadas
139 serão procedidas. A Secretaria-Executiva informa através da
140 presente ata que as correções solicitadas foram efetuadas nas
141 referidas atas (17ª - extraordinária e 40ª - ordinária), conforme
142 o textos das mencionadas atas anexados à presente para
143 conhecimento dos senhores conselheiros. Não havendo mais
144 manifestações sobre o assunto, as atas foram votadas e aprovadas.
145 A seguir, o Presidente passou a palavra ao Conselheiro
146 representante do Ministério da Aeronáutica que solicitou ao
147 Plenário a inversão de pauta para apresentação de uma matéria em
148 regime de urgência. O Presidente da Mesa esclareceu que na verdade
149 são duas propostas: inclusão em Regime de Urgência da matéria na
150 pauta, e inversão de pauta. Em seguida, o Presidente colocou em
151 votação a inclusão da matéria na pauta que foi aprovada pelo
152 Plenário, e aproveitou a ocasião e submeteu também à votação o
153 regime de urgência da proposta do conselheiro titular
154 representante das Entidade civis da Região Nordeste, de
155 prorrogação por mais 60 dias do prazo de recadastramento das
156 entidades ambientalistas, o Conselheiro Francisco Soares autor da
157 proposta fez uma breve explanação dizendo que a proposta por mais
158 60 dias se deve ao fato de que o CONAMA se encontrava em fase de
159 reorganização com novos conselheiros e não houve condição de se
160 convocar a Comissão Permanente para analisar todos os processos de
161 recadastramento. A Conselheira representante das entidades civis
162 da Região Sul pediu a palavra para se posicionar contra a inclusão
163 e discussão da matéria como regime de urgência por achar que a
164 matéria tem que ser discutida a nível de Grupo de Trabalho por se

165 tratar de um problema de Fundo e estrutural. A Dra. Fernanda pediu
166 a palavra para solicitar ao Plenário que vote a favor da inclusão
167 da matéria na pauta por ser importante a discussão, e a
168 prorrogação analisada. O regime de urgência, o qual foi aprovado
169 pelo Plenário. Na seqüência, abriu a palavra para pedidos de
170 inversão de pauta. A Conselheira representante do Ministério da
171 Aeronáutica solicitou a inversão de pauta para que fosse
172 apresentado a proposta de resolução sobre criação de área de
173 segurança aeroportuária, que foi aprovada pelo Plenário. Em
174 seguida, foi feita uma explanação pela conselheira quanto a
175 gravidade que os aterros sanitários instalados próximos aos
176 aeroportos causam a aviação. Foi apresentado também pelo Coronel
177 Jefferson Slides contendo imagens de acidentes ocorridos com
178 aviões em decorrência de colisões com urubus que se alimentam de
179 detritos existentes nesses aterros. A seguir o Dr. Eduardo Martins
180 agradeceu a apresentação feita pelos representantes do Ministério
181 da Aeronáutica, e abriu para discussão a matéria, solicitando aos
182 Estados diretamente envolvidos mencionados na apresentação que se
183 pronunciassem a respeito do assunto. Vários Conselheiros se
184 manifestaram: a Dra. Fernanda Colagrossi disse ser da maior
185 importância e muito bem demonstrado pelo Ministério da Aeronáutica
186 e sugere que na minuta de resolução onde se estabelece o prazo de
187 90 dias seja de 180 porque não seriam apenas os vazadouros que
188 teriam que se adequar, seriam os aterros sanitários as usinas de
189 reciclagem e compostagem quando não funcionam e fazem pequenos
190 vazadouros ao lado delas e um prazo de noventa dias significa que
191 daqui a 03 (três) meses, o Plenário estaria pedindo uma
192 prorrogação do prazo acima. O Deputado Fábio Feldmann fez duas



193 sugestões que foram as seguintes: 1ª) que o Ministério da
194 Aeronáutica fizesse uma proposta e que o CONAMA encaminhasse
195 através do Ministro Krause aos Prefeitos Municipais para que
196 legislassem e fizessem constar na sua legislação de uso do solo a
197 proibição de qualquer aterro em torno dos aeroportos; 2ª) aos
198 Ministérios Públicos Estaduais no sentido de que eles promovessem
199 ação, porque o problema é mais de fiscalização do que da
200 existência ou não de normas legais e o lixo é um problema no
201 Brasil, como um todo e seu encaminhamento é no sentido de
202 fortalecer e corroborar com a preocupação do Ministério da
203 Aeronáutica. Que a ANAMMA, teria um papel importante no sentido de
204 alertar aos Municípios já que congrega a todos, para que fizesse
205 uma recomendação aos senhores secretários municipais de meio
206 ambiente que atuassem concretamente e até firmando convênios com o
207 Governo do Estado de São Paulo e CETESB para fiscalizar o caso
208 desses aeroportos. O Dr. Werner disse que aceita a sugestão do
209 Secretário Feldmann e vai fazer um trabalho através da ANAMMA. O
210 Conselheiro fez uma observação de natureza prática sobre a
211 matéria, ou seja, sempre que se pega um compasso e se traça uma
212 linha rígida acaba criando restrições às vezes num espaço
213 limítrofe, isto é, um aterro sanitário projetado a 19.500 metros
214 do Centro do Aeroporto outro a 20.00 metros é na prática a mesma
215 coisa. E isso leva a demandas judiciais e contestações e que sua
216 proposta é a de se introduzir um parágrafo segundo na proposta de
217 resolução com a seguinte redação: Os casos especiais que vierem a
218 ocorrer em espaços limítrofes da área de restrição, mediante
219 acordo entre as autoridade aeronáuticas e ambientais, poderão ser
220 aprovados desde que existam estudos técnicos aprovados pelos

221 órgãos competentes. Segundo o Conselheiro é uma forma de
222 flexibilizar um pouco e evitar uma série de demandas que possam
223 ocorrer naquela zona cinzenta de transição. O Dr. Marcos Carnaúba
224 de Alagoas, se manifestou dizendo que realmente existem um
225 matadouro em implantação nas imediações do aeroporto de Campos dos
226 Palmares que foi embargado. Que o mesmo atende a todas as
227 determinações de normas industriais e está de acordo com o
228 regimento ambiental de Alagoas, não produz cheiro, não produz
229 detritos que atraíam os urubus e, no entanto, continua embargado.
230 A Conselheira do Ministério da Aeronáutica agradeceu as
231 contribuições dos Conselheiros e informou que muitas delas haviam
232 sido abordadas na reunião da C.T. de Controle Ambiental, por
233 exemplo: o de não flexibilizar o prazo de 90 dias, por se tratar
234 de segurança e de vidas humanas. E pediu que registrasse a
235 sugestão da Câmara Técnica de Controle Ambiental para a criação de
236 um Grupo de Trabalho que vá promover outras ações que envolvem os
237 Ministérios e outros órgãos e que não se restringam apenas às
238 previstas na Resolução. A Dra. Maude se manifestou dizendo que
239 apoiou na C. T. de Controle Ambiental a proposta que veio do
240 Ministério da Aeronáutica, porque em seus dez anos de militância
241 na área ambiental nunca se conseguiu atacar de frente a questão
242 dos lixões; que do ponto de vista ambiental e social, talvez seja
243 umas das mais significativas a serem emergencialmente atacadas
244 especialmente porque em se tratando de mais um componente de risco
245 extremamente sério talvez agora consiga trabalhar uma proposta de
246 resíduos sólidos e que um Grupo de Trabalho efetivo e eficiente
247 consiga trabalhar o cumprimento da norma legal; que exige-se um
248 trabalho conjunto emergencial no Ministério da aeronáutica, Saúde,

249 Meio Ambiente, dos órgãos ambientais estaduais, municipais, das
250 não Governamentais e da sociedade, pois o problema é extremamente
251 sério e não é só a questão de vidas humanas em jogo por conta de
252 segurança aeroportuária, mas também por conta de quem vive dentro
253 do lixo, come lixo chegando ao nível mais baixo de degradação do
254 ser humano e o problema tem que ser atacado por esferas de
255 governos nas três instâncias dentro do SISNAMA. O Dr. José Vieira
256 cumprimentou o Ministro Krause e o Plenário pelo retorno a
257 Presidência do Conselho com a sua reconhecida eficiência, e
258 solicitou ao Conselho e a Presidência do mesmo que considerasse
259 este assunto relatado pela C. T. de Controle Ambiental face os
260 pronunciamentos dos representantes do Ministério da Aeronáutica
261 que estiveram presentes à reunião. Informou ainda que como
262 Presidente da Comissão Permanente de Meio ambiente da CNI, já está
263 dirigindo um expediente próprio e adequado a todas as Federações
264 das Indústrias do Brasil pedindo-lhes a atenção especial para o
265 problema e procurando despertar o interesse e a perspectiva de
266 colaborarem para a solução deste problema que não só dos
267 aeroportos, mas das futuras grandes cidades brasileiras procurando
268 promover e incentivar iniciativas que cheguem à solução de
269 recuperação industrial e tratamento industrial do lixo e por
270 conseguinte de ultrapassagem dessa fase dos lixões. Disse ainda
271 que enviou correspondência com toda a documentação ao Secretário
272 de Planejamento do Estado da Bahia ao Dr. Durval Oliveira; à
273 Prefeitura de Salvador, ao Vereador Zezé Ribeiro que é o
274 Presidente da Câmara de Vereadores porque lá esta se elaborando um
275 magnífico trabalho que se converterá no código Municipal do Meio
276 Ambiente da Cidade de Salvador; e finalizando em relação ao caso



277 do Estado de Alagoas, o qual, certamente, vai adotar uma posição
278 pró-ativa em relação a isso. Em seguida, o Sr. Presidente do
279 CONAMA, Ministro Gustavo Krause, pediu a palavra para fazer alguns
280 comentários que julga pertinentes e que ficaram assim transcritos.
281 A primeira diz respeito ao tema de produção de rejeitos; eu quero
282 dizer aos membros, aos participantes desta reunião de que eu tenho
283 uma preocupação, depois de um certo tempo à frente da Pasta do
284 Meio Ambiente, porque sinto absolutamente fragilizada a ação do
285 governo especialmente no plano federal em relação a enfrentar essa
286 questão que é sem dúvida nenhuma a questão mais expressiva
287 especialmente no que diz respeito ao meio ambiente urbano é a
288 produção de rejeitos em matéria de padrões de produção e em
289 matéria de destinação dessa questão; que não é apenas local, ela
290 tem que ser encarada como produção de rejeitos aquilo que mais
291 conflita com o conceito de ecossistemas produzido por todo o
292 sistema econômico, então eu quero apenas manifestar a minha aguda
293 preocupação o que importa numa atividade cada vez mais solidária
294 entre este Conselho, do Ministério do Meio Ambiente e o próprio
295 sistema de poder federal de que é fundamental que se tenha
296 política e mecanismos que financiem soluções, senão nós vamos
297 continuar sem uma estratégia clara e eficiente para o problema de
298 natureza mais estrutural, como bem referiu uma dos representantes
299 das organizações ambientais. A Segunda questão que eu queria e que
300 esse tema trás a tona e que eu gostaria de referir, de mencionar,
301 é a extensão e a agilidade do poder normativo do CONAMA, observe
302 que nós estamos diante de um problema emergencial, colocado diante
303 de um órgão de deliberação coletiva plural e que tem uma função
304 normativa definida, esse cotejo entre a urgência e a própria

305 natureza dos órgãos deliberativos nos levam a assumir uma atitude
306 reflexiva sobre isso, não é atoa que os poderes executivos no
307 mundo inteiro vem assumindo poderes normativos, exatamente para
308 combater aquilo que se chama urgência, as vezes exageradamente, o
309 conceito de urgência por exemplo no Brasil em matéria de medidas
310 provisórias é realmente um conceito exagerado mas em todos os
311 sistemas políticos existem as medidas, não estou fazendo nenhum
312 tipo de juízo de valor, estou somente dizendo que isso nos impõe
313 uma agilidade grande nas respostas e demandas normativas. A
314 Segunda questão dentro dessa, abrindo uma chave, qual a extensão
315 do problema, é preciso tomar cuidado para que este Plenário e o
316 Conselho não seja um foro de conflitos federativos é preciso que
317 fiquem claras as esferas de competência e o espaço de normatização
318 do CONAMA, o Secretário Fábio Feldmann foi muito feliz quando ele
319 falou nas costuras municipais, em princípio essa é uma questão que
320 se exercita na ponta do poder federativo em princípio, a partir
321 dessas considerações existem três tipos de respostas que podem ser
322 dadas a um problema como esse. Eu estou fazendo isso apenas a
323 título de colaboração. O primeiro é um de natureza estrutural que
324 foi proposto aqui por uma das representantes de entidades
325 ambientalistas, é preciso tratar o problema estruturalmente então
326 eu acho que nós temos que extrair daqui seja um Grupo Executivo,
327 Grupo de Trabalho o que for nós temos que apresentar uma coisa
328 concreta com diretrizes em relação aos diversos tipos de rejeitos
329 e inclusive a situação específica dos lixões e da destinação dos
330 lixos. O segundo é uma providência de natureza normativa nessa é
331 preciso ter um certo cuidado nessa resposta para que isso não
332 importe em conflitos de competência e não afete o pacto federativo



333 que se propõe desenvolver nesse país, e em terceiro lugar eu acho
334 que este Plenário no meu entender deve cancelar iniciativas de
335 natureza gerencial como as que foram propostas pelo Secretário
336 Feldmann, ou seja, ao lado de medidas estruturais do exercício do
337 poder normativo é preciso que se oficie, nós do lícito e em
338 relação a ilicitude eu acho que imediatamente tem que manifestar
339 em relação aos Ministério Público, sobre esse assunto
340 imediatamente que seja uma manifestação do Ministério, respaldada
341 por este Conselho, tomar todas as medidas gerenciais em relação ao
342 lícito com a comunicação não só ao Ministério Público, mas aos
343 poderes municipais, e que esses espaços estão mais gravemente
344 afetados e, do ponto de vista ainda gerencial, identificar todas
345 as atitudes pendentes a atender a prevenção desse tipo de
346 acidente. Eram essas as considerações que eu gostaria de fazer, a
347 título de colaboração e sugestão no encaminhamento da questão." O
348 Dr. Eduardo elencou todas as sugestões apresentadas à mesa, que
349 foram as seguintes: 1º) a dilatação do prazo contido na Resolução,
350 para 180 (cento e oitenta) dias; 2º) uma proposição para que seja
351 feita uma Moção que dê suporte a uma iniciativa do MMA, para que
352 acione o Ministério Público e levante as questões de ilegalidade
353 envolvendo essa área; 3º) existe a proposição que um conjunto de
354 iniciativas gerenciais podem englobar desde a proposição feita
355 pelo Secretário do Meio Ambiente de São Paulo, acatada pelo
356 Presidente da ANAMMA, para que essas prefeituras sejam
357 mobilizadas, desde a proposta do Conselheiro José Vieira, que
358 envolve acionar o segmento industrial para tentar rever essa
359 questão, inclusive um conjunto de outros entendimentos que possam
360 se dar no âmbito dos governos estaduais e municipais, no sentido



361 de prevenir e tentar contornar o problema que é emergencial; e o
362 Dr. Werner Zulauf propõe um segundo parágrafo, que dá uma
363 flexibilidade para os casos especiais que poderiam ser analisados
364 mediante exame das autoridades aeronáuticas e ambientais. Dr.
365 Eduardo disse entender que para as duas proposições, o Ministério
366 da Aeronáutica já se manifestou discordando da proposta de 180
367 (cento e oitenta) dias, querendo manter 90 (noventa), e ao mesmo
368 tempo manifestando receio da eficiência do sistema que mesmo
369 quando os casos regulamentados são aprovados eles deixam de
370 cumprir e isso gera problemas mais a frente. Nesse momento, o
371 Ministro aproveitou a oportunidade para anunciar a presença da
372 Senadora Marina Silva e convidá-la para participar da mesa da
373 Sessão. Retornando ao assunto, a palavra foi concedida ao
374 Conselheiro Leopoldo Brandão, que sugeriu a votação de uma
375 solicitação ao IBAMA no sentido deste fazer a primeira fase da
376 investigação legislativa e produção de um documento contendo uma
377 proposta de política especial para solução desse problema de lixo
378 urbano e que não se pode deixar passar a oportunidade abalizada
379 pelo Senhor Ministro, de dar um impulso eficiente, responsável,
380 urgente a essa matéria. O Conselheiro Jadson de Araújo Pires,
381 sobre o assunto, alertou tratar-se de questão extremamente
382 pertinente e da maior relevância, portanto, propôs que se
383 mantivesse o prazo de 90 (noventa) dias e que seja remetido o
384 assunto referente a Política Nacional de Resíduos Sólidos à Câmara
385 Técnica de Recursos Hídricos e Saneamento para que a mesma conduza
386 de forma estruturada, junto ao IBAMA, toda uma proposta nesse
387 sentido, sem prejuízo de qualquer outra iniciativa. A Conselheira
388 Verena Nygaard, do Rio Grande do Sul, manifestou-se favorável à

389 Resolução, elencando apenas que o texto proposto necessita de
390 algumas correções. O Conselheiro João Câmara solicitou ao
391 Ministério da Aeronáutica que acrescente em seus estudos o grau de
392 ocupação de populações que habitam essas áreas de lixões. O
393 Conselheiro Fábio Feldmann pediu a palavra para esclarecer que a
394 proposta do Conselheiro do IBAMA, Dr. João Câmara, não tinha
395 cabimento, pois o assunto já se achava em votação, até porque foi
396 solicitado inversão de pauta e regime de urgência. Propôs que
397 qualquer dúvida referente ao assunto, seja constituído um Grupo de
398 Trabalho informal, com o Ministério da Aeronáutica,
399 posteriormente, e pediu que a proposta de Resolução fosse votada
400 para prosseguimento dos trabalhos do dia. O Presidente do CONAMA
401 observou que a questão colocada pelo Ministério da Aeronáutica tem
402 forte viés político; é um problema de altíssimo risco perante o
403 Conselho e a sociedade e tem que sair uma posição do CONAMA. A
404 Conselheira Maude Motta propôs que se constitua um grupo de
405 trabalho para estudar o conteúdo da Resolução, mas que a mesma
406 seja aprovada *ad referendum*. Encerradas as inscrições Dr. Eduardo
407 Martins procedeu a votação da proposta de Resolução foi aprovada
408 na íntegra; Dr. Eduardo esclareceu o conjunto de proposições que
409 foram feitas, quais sejam: 1) criação de um Grupo de Trabalho e de
410 uma moção, não tem como ser votado uma vez que o assunto não foi
411 colocado em pauta, mas que se poderia recomendar ao IBAMA que
412 promova a organização de um grupo que trabalhe em dois sentidos:
413 1º) de tomar as medidas gerenciais para a urgência que a questão
414 de risco que as aves gera aos vãos trazem; 2º) uma proposição à
415 Câmara Técnica de resíduos no sentido de uma consolidação da
416 legislação e uma análise dos instrumentos e financiamento desse

417 setor para solução do problema. Em seguida, agradeceu a
418 contribuição dos representantes da Aeronáutica e passou ao item I
419 da Ordem do Dia que trata da proposta de Resolução alterando o
420 art. 4º da Resolução CONAMA nº 009/90, encaminhada pelo
421 representante do Governo do Estado da Paraíba; a matéria foi
422 retirada de pauta em função de que a Câmara Técnica de Mineração
423 não obteve quórum para analisar o parecer do IBAMA. No item II
424 proposta de resolução determinando a suspensão da licença
425 fornecida pela SEMACE para construção do açude público Castanhão.
426 Pediram vistas da matéria, os Conselheiros de Goiás e São Paulo. A
427 Drª Maude solicitou que o representante de São Paulo voltasse
428 atrás no pedido de vistas em função de que o assunto Castanhão já
429 se encontra no CONAMA a dois anos. O Dr. Adolfo Marinho,
430 representante do Estado do Ceará disse que ficou surpreso ao
431 verificar que constava o assunto Castanhão na pauta do CONAMA sem
432 o Estado do Ceará sequer ser comunicado. O Dr. Eduardo esclareceu
433 que qualquer Conselheiro pode solicitar inclusão de matéria em
434 pauta e foi o Conselheiro da Região Nordeste quem enviou a
435 matéria. Disse, que a orientação que ele tem do Ministro é do
436 maior respeito ao papel federalista, e pessoalmente concorda que
437 certos assuntos vir ao CONAMA é uma aberração, e se o CONAMA
438 começar a tratar de questões pontuais, nunca conseguirá
439 administrar os problemas gerenciais; que o CONAMA existe para
440 fazer norma geral que falta a este país; que hoje se tem uma
441 dificuldade imensa; mas, que existe uma pauta pronta, um regimento
442 que os próprios conselheiros aprovaram e que a mesa tem que
443 respeitar. O representante de São Paulo, pediu a palavra e disse
444 que está reforçando o pedido de vistas justamente em função do que



445 foi dito e que o CONAMA deve ter uma pauta macro e ser uma
446 instância federal. Concedido o pedido de vista, Dr. Eduardo pediu
447 a atenção dos Conselheiros para prestar esclarecimentos de
448 orientação política dizendo: Acho que existem dois problemas
449 fundamentais, o primeiro é que assuntos dessa natureza venham ao
450 CONAMA isso é sério, se nós pegamos todas as disfunções que
451 existem no Sistema Nacional do Meio Ambiente e fazer com que este
452 Plenário seja administrador desses conflitos nós não vamos fazer
453 outra coisa e a efetividade disso é muito baixa, acho que vai ser
454 muito oportuno discutir isso de uma outra maneira; e eu gostaria
455 de começar essa discussão envolvendo ABEMA, não governamentais, os
456 órgãos federais, o setor produtivo aqui representados. A segunda
457 coisa que eu acho grave, é que tudo isso teria sido evitado e as
458 dúvidas manifestas pelos órgãos estaduais de meio ambiente teriam
459 sido superadas se tivessem lido o que foi produzido pelas Câmaras
460 Técnicas. Eu considero que ou nós passamos a fazer um trabalho
461 consistente e de valorização disso ou vai ser impossível o CONAMA
462 recuperar seu papel e resgatar o que lhe é fundamental que é
463 trabalhar com o processo normativo. Eu entendo que antes das
464 coisas chegarem aqui, naquilo que é atribuição federal merecem vir
465 a esse Conselho. Passando ao item III, que trata da proposta de
466 Resolução que dispõe sobre esgotamentos de águas pluviais "Bocas
467 de Lobo" encaminhada pela Conselheira representante da Região
468 Sudeste. A Dra. Verena pediu a palavra para solicitar que a pauta
469 fosse encaminhada como mais antecedência e que a matéria não seria
470 de competência do CONAMA e para resolver o problema, bastaria
471 enviar uma moção aos órgãos de saneamento. O Dr. Ben Hur
472 considerou importante a inclusão da resolução na pauta pois a

473 questão de saneamento é grave. Após as manifestações e em função
474 do parecer da Câmara Técnica de Recursos Hídricos e Saneamento a
475 matéria foi retirada de pauta e estipulado o prazo de trinta dias
476 para que o assunto esteja instruído e seja apresentado na próxima
477 reunião. O item IV que trata da proposta de Resolução de
478 Regulamentação em atendimento aos níveis máximos de ruídos para
479 veículos encarroçados ou modificados encaminhada pelo Conselheiro
480 representante do Estado de São Paulo. Após uma longa discussão a
481 matéria foi retirada de pauta para ser avaliada pela Câmara de
482 Controle Ambiental e Assuntos Jurídicos, bom como esclarecimento
483 por parte do IBAMA referente as medidas adotadas, quanto a
484 instrução do processo, e estipulando um prazo de 30 (trinta) dias
485 para que a matéria retorne a pauta. Quanto ao item V que trata da
486 proposta de Resolução para promoção de pesquisa biotecnológica
487 encaminhada pelo Conselheiro representantes do Governo do Estado
488 da Bahia, foi solicitado pedido de vistas do Conselheiro
489 representante da CNC. O item VI que tratada proposta de Resolução
490 regulamentando procedimentos de barcas e navios transportadores
491 de óleo, encaminhada pela Secretaria Executiva. A matéria foi
492 retirada de pauta por insuficiência de pareceres técnicos para
493 análise, devendo a mesma retornar devidamente instruída na próxima
494 reunião plenária o item VII que trata da proposta de resolução
495 revogando a Resolução CONAMA n° 15/94, encaminhada pelo
496 Conselheiro representante da ANAMMA, a matéria foi retirada de
497 pauta com a recomendação de que o autor da proposta encaminhe um
498 Parecer Jurídico consubstanciado sobre as razões que justifiquem a
499 oportunidade e conveniência a revogação da referida resolução bem
500 como parecer de mérito e conclusivo do IBAMA no processo

501 administrativo nesse sentido, e que entendimentos no âmbito do
502 Estado e Município sejam promovidos e possa ter uma posição no
503 aspecto operacional dessa questão. Quanto ao item VIII que trata
504 da proposta de resolução, dispondo sobre Auto de Infração contra a
505 Prefeitura Municipal de Riozinho RS, por depositar lixo em área de
506 preservação permanente, encaminhada pela Secretaria Executiva, foi
507 solicitado pedido de vistas pela Conselheira representante do
508 Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Quanto ao item IX que
509 trata da proposta de resolução dispondo sobre Auto de Infração,
510 contra a Companhia Brasileira Carbureto de Cálcio, por exploração
511 de Floresta de Eucaliptos, encaminhada pela Secretaria Executiva,
512 a matéria foi retirada de pauta em função do parecer da Câmara
513 Técnica de Assuntos Jurídicos que optou por encaminhar o processo
514 ao representante de Alagoas para elaboração de parecer a ser
515 apresentado na próxima reunião da mencionada Câmara Técnica. O
516 item X que trata da proposta de resolução dispondo sobre Autos de
517 Infração por transporte e recebimento de carvão vegetal,
518 encaminhada pela Secretaria Executiva também foi retirado de pauta
519 em função do parecer da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos que
520 optou por distribuir os processos ao representante do Estado do
521 Paraná para elaboração de parecer a ser apresentado na próxima
522 reunião da mencionada Câmara Técnica. O item XI que trata da
523 proposta de Moção solicitando a retirada das instalações nucleares
524 do CTEX, da reserva biológica e arqueológicas de Guaratiba,
525 elaborada pela SOS Baía de Sepetiba e encaminhada pela Conselheira
526 representante das Entidades civis da Região Sudeste. O
527 representante do Ministério do Exército pediu a palavra para
528 esclarecer que o assunto é importante e solicita ser contactado

529 quando houver reunião da Câmara Técnica de Energia no intuito de
530 realizar uma visita a área, pois o objetivo do Exército é
531 esclarecer ao máximo o assunto, visto que não existe nenhuma
532 instalação de reator nuclear na área do Instituto de Projetos
533 Especiais simplesmente porque é um projeto que não está ainda na
534 sua fase de instalação de reatores, e tem todo o assunto
535 documentado em termos do que foi feito na área em 1994, onde
536 consta o Laudo de vistoria do IBAMA e Parecer Técnico. O
537 Conselheiro encerrou dizendo que se dispõe a fazer uma visita ao
538 local quando a Câmara Técnica achar melhor. A seguir a Conselheira
539 Fernanda Colagrossi informou que o caso é similar ao das "Bocas de
540 Lobo" que o documento distribuído aos Conselheiros remonta desde
541 fevereiro de 1993 quando a plenária do CONAMA, na gestão do
542 Ministro Coutinho Jorge aprovou uma Moção e este documento
543 proposto na pauta, é uma tentativa de reformulação da moção
544 aprovada, na época, em 1993, foi encaminhado um ofício ao Ministro
545 do Exército informando que foi apresentada uma moção solicitando a
546 retirada dos reatores nucleares do CTEX e pedindo seu
547 pronunciamento a respeito e que a moção fosse enviada ao IBAMA
548 para fazer a verificação do fato denunciado e apresentar parecer
549 sobre o assunto, e nos documentos há uma carta do Ministro
550 Coutinho Jorge solicitando as duas coisas e pedindo a visita, e no
551 verso a resposta do Senhor Ministro do Estado do Exército, de uma
552 maneira sucinta dizendo que no CTEX não precisa de nenhum reator
553 nuclear. Apesar da matéria ter sido prejudicada pela falta de
554 quórum da Câmara Técnica de Energia, e com isso a entidade SOS
555 Baía da Sepetiba, gostaria apenas que houvesse medidas quanto a
556 questão de segurança, e também pediu que fosse cumprida na íntegra



557 a moção de 93 que só foi cumprida a metade, pois está faltando a
558 parte de vistoria do IBAMA, caso a vistoria de 1994, esteja
559 relacionada a esse assunto que o CONAMA fosse formalmente
560 informado. Dr. Eduardo, informou que em relação a essa matéria, a
561 moção foi encaminhada e respondida, e que também a fiscalização do
562 IBAMA foi procedida, então conclui-se como uma matéria vencida.
563 Após alguns esclarecimentos sobre o assunto em questão, ficou
564 decidido que ficaria em aberto a oferta apresentada pelo
565 Ministério no sentido de visitar a área. O item XII que trata da
566 apresentação do anteprojeto de Lei de Proteção à Fauna Silvestre,
567 de autoria da Secretaria-Executiva, foi apresentado pelo Dr.
568 Fernando - DIREC/IBAMA, informando que foi feito a elaboração de
569 um texto básico pela Diretoria de Ecossistemas, no qual deu origem
570 a 1ª versão, e atualmente com algumas contribuições surgiu a 2ª
571 versão que seria uma apresentação deste anteprojeto de lei ao
572 Conselho Nacional de Proteção à Fauna e logo em seguida,
573 encaminhado ao CONAMA na Câmara Técnica de Fauna, e então a partir
574 daí o Executivo teria um Projeto de Lei de Proteção à Fauna; que
575 está sendo feito um levantamento do que está acontecendo no
576 Congresso, e também mobilizando as Assessorias Parlamentares para
577 fazer com que o processo a partir do CONAMA tenha consequência no
578 âmbito do Legislativo. A seguir, passou-se para a proposição da
579 Resolução prorrogando por mais 60 (sessenta) dias o prazo de
580 recadastramento das Entidades Ambientalistas, encaminhada pelo
581 Conselheiro Representante das Entidades Ambientalistas da Região
582 Nordeste, a qual foi aprovada com 15 (quinze) votos a favor, 11
583 (onze) contra e 05 (cinco) abstenções. A seguir o Dr. Eduardo
584 explicou a metodologia de trabalho a ser adotado na Reunião